



ARQUITETURAS DA EXCLUSÃO? EDUCAÇÃO HÍBRIDA, AVANÇO DA PLATAFORMIZAÇÃO E PROJETOS DE VIDA

Nilcea Moreno Silva | UFG | nilceamoreno@discente.ufg.br
Guilherme Baumann Achterberg | UFSM | guilherme.achterberg@acad.ufsm.br

GT 6 - Educação Híbrida e metodologias inovadoras

Resumo

O presente trabalho analisa o processo de plataformização na terceira etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, com foco na configuração da metodologia da Educação Híbrida e seus possíveis reflexos na construção dos Projetos de Vida dos estudantes. Ao longo do trabalho, problematiza-se a transição de um modelo pedagógico integrador para uma estrutura controlada por algoritmos e corporações de tecnologia (*Big Techs* e *EdTechs*). A metodologia adota uma abordagem qualitativa de natureza crítica, pautada em levantamento bibliográfico. Os resultados preliminares apontam que a padronização curricular e a *datificação* reduzem a autonomia docente e podem homogeneizar as trajetórias juvenis e projetos de vida, criando barreiras que desafiam a inclusão e a justiça social. Conclui-se que a incorporação de tecnologias emergentes e Inteligência Artificial (IA) deve ser subordinada à soberania tecnológica e ao compromisso com uma educação emancipadora.

Palavras-chave: Plataformização; Educação Híbrida; Projeto de Vida; Educação Emancipadora.

1 Introdução

O processo de plataformização na educação básica brasileira vem se consolidando nas últimas décadas, articulando-se com uma disputa em torno do conceito de educação híbrida. Esse fenômeno é o resultado de uma convergência de fatores políticos, econômicos e sanitários que ganharam escala no cenário pós-pandemia, impulsionados pela necessidade de respostas rápidas ao fechamento das escolas e pela posterior consolidação de normativas de flexibilização curricular com a instituição da Lei nº 14.945/2024, da Resolução nº 2 CNE/CEB/2024, e da Portaria nº 865/2022.

A partir de uma perspectiva teórica crítica, baseada em categorias como hegemonia e ética emancipatória e reflexões da autora principal deste trabalho durante seus estudos iniciais em seu doutoramento, discute-se como a plataformização da educação surge de uma confluência de conveniência técnica e de oportunismo mercantil. Enquanto a Educação Híbrida deveria se estruturar como uma integração pedagógica intencional e planejada entre diferentes tempos, espaços e linguagens, a dinâmica da plataformização pode estar transformando-a em um processo rigidamente mediado por interesses privados dentro do espaço público.

Essa inversão pode, no decorrer de seu desenvolvimento, atingir diretamente o "Projeto de Vida", componente curricular que passou a integrar os currículos sob a promessa de



promover o protagonismo e a autonomia juvenil. Sob a lógica das plataformas corporativas, a escolha e o planejamento do futuro dos jovens correm o risco de serem reduzidos a Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs)¹ desenhados por escolhas algorítmicas direcionadas às demandas imediatas do mercado de trabalho precarizado.

A entrada de grandes corporações de tecnologia (*Big Techs*) e de empresas de tecnologia educacional (*EdTechs*) reconfigura profundamente o trabalho docente, a autonomia pedagógica e o próprio conceito de qualidade socialmente referenciada. Nesse estudo, aponta-se que, embora o conceito de hibridização e o uso de tecnologias digitais sejam defendidos discursivamente como ferramentas de expansão do acesso e democratização, a arquitetura das plataformas tende a padronizar processos e silenciar as diferenças, favorecendo métricas de produtividade em detrimento de uma formação humana integral.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de plataformização na terceira etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, com foco na configuração da metodologia da Educação Híbrida e seus possíveis reflexos na construção dos Projetos de Vida dos estudantes.

2 Olhares críticos sobre a Plataformização e a Educação Híbrida

O cenário educacional contemporâneo tem consolidado a educação híbrida e a Educação a Distância (EaD) não apenas como metodologias pedagógicas isoladas, mas como estratégias de expansão de políticas públicas estatais. No entanto, essa expansão ocorre sob a temática da plataformização — definida por Poell et al. (2019, p. 1) como a "penetração de infraestruturas, processos econômicos e quadros governamentais de plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida".

As infraestruturas digitais privadas passam a atuar no desenho do próprio Estado, influenciando diretamente nas ações governamentais e na tomada de decisões sobre o direcionamento curricular (Poell et al., 2019). Instituições privadas passam a operar como atores estatais legítimos que fornecem serviços digitais essenciais, redesenhando políticas públicas por dentro visando a extração de valor e o lucro (Williamson et al., 2022). Em nível internacional e nacional, o contexto pandêmico da Covid-19 e o Ensino Remoto Emergencial (ERE) funcionaram como uma "porta de entrada" para que corporações globais oferecessem

¹ Os Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) são percursos educacionais de Política Nacional do Ensino Médio (PNAEM). Com carga horária mínima de 600 horas, eles permitem que os estudantes aprofundem os conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em áreas específicas, alinhando-se aos seus interesses e projetos de vida.



pacotes de serviços gratuitos ou subsidiados, gerando uma dependência estrutural em soluções *off-the-shelf* (prontas de prateleira), dada a histórica ausência de plataformas públicas próprias e soberanas (Leher, 2022).

Este fenômeno entrelaça intimamente os sistemas públicos de ensino a ecossistemas globais de processamento de dados (Kerssens; Van Dijck, 2023). Como destacam Williamson et al. (2022), as *EdTechs* utilizam *Big Data* e sistemas complexos de Inteligência Artificial (IA) para monitorar, ranquear e prever desempenhos estudantis. No entanto, pesquisas críticas como as de Jacovkis et al. (2023) revelam que os interesses comerciais e de infraestrutura técnica têm predominado sobre os aspectos didáticos, pedagógicos e de inclusão social, aprofundando uma privatização endógena do ensino público.

Dessa forma, a plataformização da educação híbrida se sustenta em três pilares complexos que tensionam o cotidiano escolar e a elaboração dos projetos de vida dos estudantes:

1. Dependência Tecnológica: Vinculação institucional crônica a ecossistemas proprietários (ex: *Google Workspace*, *Microsoft Teams*), fragilizando a soberania digital das redes públicas e subordinando as decisões escolares aos termos de uso dessas corporações.
2. Datificação: Transformação do complexo processo de ensino-aprendizagem em dados quantificáveis, reduzindo o sucesso escolar a métricas frias de engajamento e cliques, e convertendo a subjetividade do estudante em perfil comportamental preditivo.
3. Padronização Curricular: Uso de sistemas digitais "embalados" que reduzem a autonomia do docente à função de aplicador de conteúdos prontos, desconsiderando as diversidades regionais, as trajetórias locais e as desigualdades de acesso.

O conceito de projeto de vida é polissêmico e multidisciplinar, sendo abordado por diversos campos do saber. Há menções a esse termo em estudos vinculados à Psicologia, Sociologia, Orientação Profissional e Vocacional, Filosofia e Educação. Recentemente, Coscioni e colaboradores elaboraram uma síntese de diferentes perspectivas e estudos, propondo a Teoria Compreensiva dos Projetos de Vida (TCPV). Segundo os autores, Projeto de Vida pode ser definido como um “processo em continua evolução constituída pela formação, execução e manutenção de estruturas e ações intencionais, que, em conjunto, formam uma narrativa significativa e prospectiva de longo prazo capaz de incitar decisões e esforços na vida cotidiana” (Coscioni et al., 2023, p.20, tradução livre). Além disso, esse processo é psicossocial (Nascimento, 2006), se caracterizando como um movimento dialético entre a singularidade do



sujeito (a identidade de cada um, suas emoções, desejos, etc.) e a estrutura da sociedade (o modelo socioeconômico, a cultura, os recursos simbólicos e materiais existentes (ou não), etc.).

3 Discussão e Resultados Esperados

Sob o manto discursivo da "Educação 4.0", termos de apelo mercadológico como "personalização", "metodologias ativas" e "autoempreendedorismo" são frequentemente utilizados para legitimar o esvaziamento do debate crítico e a consequente precarização do trabalho docente, transformando o professor em um mero tutor ou gestor de fluxos algorítmicos.

O cruzamento desse cenário com o componente "Projeto de Vida" evidencia a existência de paradoxo central. Por um lado, o discurso oficial de diversas redes estaduais, como as Secretarias de Educação de São Paulo e do Paraná, exalta a liberdade de escolha do estudante quanto ao seu futuro. Por outro lado, as arquiteturas de plataformas privadas podem restringir essa autonomia a escolhas pré-formatadas e influenciadas por algoritmos alimentados por IA. É importante lembrar que a TCPV destaca a importância de que os objetivos de futuro dos estudantes sejam alinhados com seus valores e interesses pessoais (em decorrência do aspecto individual e singular do projeto de vida) e também com valores relacionados à cidadania e participação social (em decorrência do aspecto coletivo e social do projeto de vida). Além disso, práticas pedagógicas devem também fomentar que a avaliação crítica do contexto socioeconômico e das desigualdades existentes (Coscioni, 2023), combatendo a meritocracia neoliberal.

Espera-se evidenciar que a escalabilidade permitida pelas plataformas, em que um único docente atende a fluxos massivos de estudantes em ambientes virtuais, atende a uma lógica de redução de custos que coloca em risco a formação humana integral. O principal produto desse modelo deixa de ser a aprendizagem emancipatória e passa a ser a extração de dados comportamentais que alimentam os algoritmos da Inteligência Artificial corporativa, distanciando a política pública educacional das demandas reais de justiça social e a promoção de projetos de vida emancipadores.

4 Considerações finais

A análise crítica do avanço da metodologia da educação híbrida no ensino médio brasileiro demonstra que a expansão quantitativa do acesso e a inserção tecnológica não têm sido acompanhadas, necessariamente, por uma perspectiva de educação emancipadora. Diante das políticas públicas atuais, faz-se urgente que os observatórios de educação, as universidades



e os institutos de ensino promovam um debate denso sobre a soberania tecnológica e a governança dos dados educacionais.

Conclui-se que a incorporação de tecnologias emergentes e da Inteligência Artificial na educação não pode ocorrer de forma acrítica ou subordinada aos interesses de mercado. Para contrapor-se às "arquiteturas da exclusão", é imperativo que os espaços de mediação pedagógica sejam fortalecidos por meio de redes de colaboração docente. Somente a devolução da centralidade do processo pedagógico à autonomia dos professores e às necessidades reais, plurais e diversas dos estudantes poderá garantir uma educação pública, híbrida e a distância que seja verdadeiramente democrática, inclusiva e emancipatória.

Referências

COSCIONI, V.; et al. Life projects: a comprehensive definition. **Philosophical Psychology**, v.38, n. 4, p. 1-21, 2023.

COSCIONI, V. Projetos de vida e educação básica: reflexões teóricas e implicações práticas. In: MELO-SILVA, L. L.; RIBEIRO, M. A.; AGUILLERA, F.; ZANOTO, P. A. (org.). **Dos contextos educativos e formativos ao mundo do trabalho**: implicações para a construção de carreira. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 109-123.

JACOVKIS, J. et al. Plataformas y digitalización de la educación pública: explorando su adopción en Cataluña. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 31, n. 134, 2023.

KERSSENS, C.; VAN DIJCK, J. The platformization of primary education in the Netherlands. **Learning, Media and Technology**, v. 48, n. 1, p. 15-31, 2023.

LEHER, R. Universidade pública e a mutação do capitalismo: plataformas digitais e o trabalho docente. In: SGUISSARDI, V. (Org.). **Educação superior em tempos de obscurantismo**. São Paulo: Xamã, 2022.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações. **Imaginário**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 55-80, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100004. Acesso em: 7 ago. 2025.

POELL, T. et al. Platformisation. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, p. 1-14, 2019.

WILLIAMSON, B. et al. Amazon and the new global connective architectures of education governance. **Harvard Educational Review**, v. 92, n. 2, p. 231-256, 2022.